



R.

P.

**CONSULADO-GERAL DE PORTUGAL
EM MAPUTO**

VISTO DE ESTADA TEMPORÁRIA PARA ESTADAS SUPERIORES A 3 MESES, EM CASOS EXCECIONAIS, DESIGNADAMENTE PARA FREQUÊNCIA DE PROGRAMAS DE ESTUDO EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO, INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES, ESTÁGIO PROFISSIONAL NÃO REMUNERADO OU VOLUNTARIADO OU, NO CUMPRIMENTO DE COMPROMISSOS INTERNACIONAIS, EM SEDE DE LIBERDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nome(s) e Apelido(s) do requerente:		
Endereço de correio eletrónico (Email): Contacto telefónico direto:		
Motivo da deslocação a Portugal:		
REQUISITOS GERAIS		
	SIM	EM FALTA
Formulário de pedido de visto nacional preenchido na íntegra e assinado pelo requerente (no caso de menores, pelo representante legal);	☐	☐
2 Fotografias iguais, tipo passe, atualizadas e em boas condições de identificação do requerente (1 colada no formulário).	☐	☐
Passaporte ou outro documento de viagem, com validade superior em, pelo menos, três meses à duração da estada prevista. Fotocópia da página biográfica.	☐	☐
Comprovativo da situação regular caso seja de outra nacionalidade que não a do país onde solicita visto, com validade superior à data do término do visto que solicita.	☐	☐
Seguro de viagem válido , que permita cobrir as despesas necessárias por razões médicas, incluindo assistência médica urgente e eventual repatriamento.	☐	☐
Certificado de registo criminal emitido pela autoridade competente do país de nacionalidade do requerente ou do país em que resida há mais de um ano (<i>não aplicável a menores de 16 anos</i>), com Apostila de Haia (se aplicável) ou legalizado.	☐	☐
Cópia de reserva de título de transporte de regresso.	☐	☐
Comprovativo de meios de subsistência.	☐	☐
OU, EM ALTERNATIVA:		
Termo de responsabilidade, com assinatura reconhecida, subscrito por cidadão português ou cidadão estrangeiro habilitado, com documento de residência em Portugal, que garanta alimentação e alojamento ao requerente do visto, bem como a reposição dos custos de afastamento, em caso de permanência irregular, acompanhado de:	☐	☐
- Certificado de constituição do agregado familiar do subscritor;	☐	☐



R.

P.

**CONSULADO-GERAL DE PORTUGAL
EM MAPUTO**

- Declaração de IRS do subscritor (último ano); e	☐	☐
- Extrato bancário do subscritor (últimos 3 meses).	☐	☐
DOCUMENTOS ESPECÍFICOS		
Comprovativo da situação de excecionalidade; ou ,	☐	☐
No caso de familiar de cidadão português que pretenda residir em Portugal: • Comprovativo do laço de parentesco; e, • Cópia do documento de identificação do cidadão nacional que acompanham ou ao qual se reúnem; No âmbito das facilidades concedidas pela Lei n.º 37/2006, o familiar de cidadão nacional poderá ficar isento da apresentação de: certificado de registo criminal, seguro de viagem, título de regresso e comprovativo de meios de subsistência.	☐	☐
Para frequência de um programa de estudo de duração igual ou inferior a um ano em estabelecimento de ensino ou no âmbito de intercâmbio de estudantes com a mesma duração: • Documento emitido pelo estabelecimento de ensino, comprovativo da aceitação da matrícula; e, • Declaração comprovativa de acolhimento por família; ou, • Comprovativo de alojamento.	☐	☐
Para estágio profissional : • Documento emitido por empresa ou organismo de formação profissional oficialmente reconhecido atestando a admissão no estágio, o respetivo programa, e se necessário, contrato de formação e calendarização do programa. A prova dos meios de subsistência pode ser efetuada através de apresentação de termo de responsabilidade , com assinatura reconhecida, subscrito pela entidade de acolhimento do estágio .	☐	☐
Para voluntariado : • Documento emitido pela organização responsável pelo programa de voluntariado oficialmente reconhecida, que ateste a admissão; A prova dos meios de subsistência pode ser efetuada através de apresentação de termo de responsabilidade , com assinatura reconhecida, subscrito pela organização responsável por programas de voluntariado .	☐	☐
No âmbito de compromissos internacionais ao nível da liberdade de prestação de serviços será necessário a apresentação dos seguintes documentos: • Contrato de prestação de serviços celebrado entre o cidadão estrangeiro e o consumidor final; • Certificado de posse das habilitações técnicas requeridas para a prestação do serviço em causa.	☐	☐



P.